

# 'Afif contra o "faraonismo"

Criticando o "festival de obras faraônicas que o governo pretende implantar", o deputado federal Afif Domingos (PL-SP) previu ontem em Brasília que apenas 20% do total da reserva de parte dos lucros dos bancos irão para as pequenas, médias e microempresas. Disse acreditar que o restante "será utilizado para sancionar o desperdício da imoralidade da administração pública".

Afif Domingos, que falou durante encontro dos presidentes das associações comerciais de todo o País, destacou que, das medidas anunciadas na última reunião ministerial, só acredita no aumento de impostos. Ao insistir nas críticas ao governo, disse que "é o Estado que está passando a conta da sua incompetência para a sociedade". E: "o presidente Sarney não precisa buscar subsídios do Sául Ramos para punir os crimes contra a economia popular. Basta apenas copiar as leis de Mussolini".

No encontro, o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, propôs um imediato "choque de austeridade" por parte do governo, pois acredita que aumentar impostos

não é o caminho para equacionar o orçamento fiscal; que o governo não submeta os contribuintes a mais uma tributação, retirando destes a capacidade de consumo; e que o governo, em vez de fazer novos investimentos de longa maturingação, preocupe-se em preservar os milhares de pequenos investimentos feitos por micro, pequenas e médias empresas.

Para o presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, o encontro de ontem teve o objetivo político de buscar mecanismos de pressão para resolver os principais problemas pendentes, entre eles os das micro, pequenas e médias empresas. No seu entender, o governo usa muito mal os recursos que recebe da sociedade.

Na manhã de ontem, Temporal enviou telex aos ministros da Fazenda e Planejamento com a seguinte solicitação: "A manutenção dos subsídios ao consumo do trigo nos níveis praticados atualmente corrói a economia, onera pesadamente as contas públicas e provoca distorções insanáveis ao mercado. Por isso, solicitamos a definitiva retirada do favor".